



Ter coragem de sentir orgulho: As disputas de sentido e o discurso fundador LGBTQIAPN+ no Brasil

John Kevin Lopes de Araújo da Silva¹

Isaac Itamar de Melo Costa²

Resumo

O objetivo deste artigo é o de interpretar, com base na Análise do Discurso Pecheutiana, os efeitos de sentido possíveis que atravessam o enunciado “vote com orgulho por uma política que representa”, slogan da 26ª Parada do Orgulho LGBTQ+ da cidade de São Paulo (SP), que ocorreu em 2022. Para além disso, buscamos estabelecer conexões, via memória discursiva, com o discurso fundante do orgulho, que se presentificam ao abordar “orgulho” em oposição à “vergonha”, afeto imposto historicamente à comunidade LGBTQIAPN+. A justificativa para este artigo se sustenta na necessidade de, por meio desta interface com a Linguística, desnaturalizar o efeito de obviedade que rege esse enunciado, na intenção de tornar audíveis os silenciamentos cristalizados e naturalizados na sociedade quanto às vivências e aos corpos dos sujeitos LGBTQIAPN+ no Brasil. A metodologia que guia o desenvolvimento da análise e escolha do *corpus* em questão passa pela a) leitura do senso comum que sustenta o sentido de orgulho como enunciado transparente; b) (des)superficialização dessa leitura para, no dito, identificar o não dito presente na constituição do sentido; c) busca, por meio da historicidade, por um possível discurso fundante do orgulho nacional. Como referencial teórico, adotamos os estudos de Orlandi (2001) para tratar do discurso fundador, os pressupostos de Pêcheux (2014) acerca da maquinaria discursiva, Trevisan (2018) para questões de historicidade, e, além disso, os conceitos de corpo e de sujeito de Leandro Ferreira (2013). Nos resultados da análise, observa-se que há inúmeros indícios do discurso fundador de orgulho se presentificando em diversos momentos em que a vergonha foi desautorizada e substituída por um discurso de afirmação LGBTQIAPN+.

Palavras-chave:

Vote com Orgulho; Comunidade LGBTQIAPN+; Discurso Fundador.

Sobre os autores:

¹ Licenciando do curso de Letras - Língua Portuguesa e suas Literaturas da Universidade de Pernambuco. Membro e monitor do Grupo de Estudo e Pesquisa em Análise de Discurso Pecheutiana (GepAD/UPE). **E-mail:** jk28929@gmail.com. **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0003-1859-9779>

² Professor colaborador do Programa de Mestrado em Letras da Universidade de Pernambuco e do CAP da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestre em Linguística pela UFPE. É membro do Grupo de Pesquisa Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento, liderado por Maria Cristina Leandro Ferreira, e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise de Discurso Pecheutiana (GepAD/UPE). **E-mail:** isaac.mcosta@ufpe.br. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-4635-2824>.

INTRODUÇÃO

Neste artigo buscou-se analisar o *slogan* “Vote com Orgulho - por uma política que representa”, adotado na 26ª Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo (SP) em 2022; nele, identifica-se, a partir do intradiscursos (eixo da atualidade), atravessamentos discursivos (interdiscursos) que evocam a memória discursiva¹, que nele e em oposição a ele, instauram a alteridade² “Vote com Vergonha”. Esses sentidos se inscrevem no discurso, que se constitui em contato com a língua, sua materialidade específica (Leandro Ferreira, 2001, p. 14), e dão a ver conexões com o a) discurso político; b) discurso jurídico e o c) discurso científico. Tais discursos são ideologicamente marcados pelo fundamentalismo religioso, imposto ainda no Brasil Colonial, já que, segundo Vinhas (2020, p. 257), “o sentido, como efeito da relação com a língua e discurso, é ideológico. É por isso que ele não reside na palavra, mas fora dela”. Portanto, todas essas regiões de saber associam-se diretamente a este voto com orgulho/com vergonha. Segundo Orlandi (1999):

Interdiscursos - representado como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos - e esquecidos - em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal - o intradiscursos - que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas (Orlandi, 1999, p. 30-31).

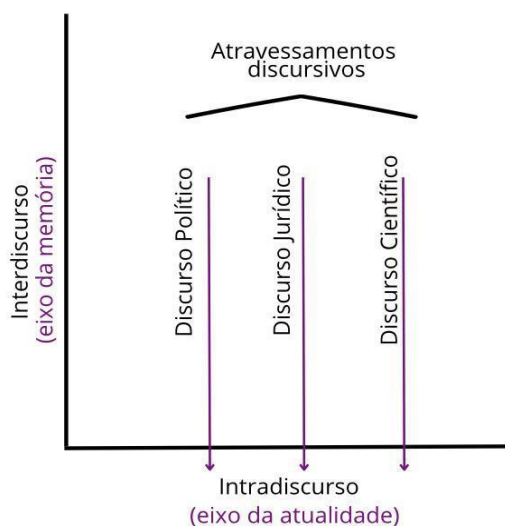


Figura I: Esquema de representação gráfica do funcionamento do inter e intradiscursos.

Fonte: elaborado pelos autores

¹ “Possibilidades de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações” (Fernandes, 2020, p. 207).

² “Do sujeito chamado ao Outro, ao sujeito pelo que ele viu a si mesmo aparecer no campo do Outro” (Lacan, [1964] 1998, p. 196).

Dessa forma, operamos com a ideia de que há um eixo linear e horizontal, feito de língua, em que se atravessam e emaranham os saberes advindos de regiões distintas do interdiscurso, que é o todo complexo das formações discursivas. Diz Pêcheux (2014) que é no interdiscurso que circulam todos os saberes e as possibilidades de saber, tudo o que foi dito e o que pode vir a ser formulado pelo sujeito. O intradiscurso, como efeito do interdiscurso sobre si mesmo, comparece como o eixo da atualização, enquanto que o *inter* se associa à formulação (e reabsorção), à virtualidade. Esse funcionamento ocorre seguindo os preceitos saussurianos de sintagma e paradigma. É possível que um mesmo sintagma seja permeado pelo discurso religioso e pelo jurídico, por exemplo, o que faz que sejam identificadas nele a presença de conjuntos diferentes entre si, associações de dizeres e saberes regidos por uma memória. Esses conjuntos podemos chamar de *formações discursivas*; já essa memória, podemos chamar de *memória discursiva*, distinta da cognitiva. Trata-se de uma amálgama entre a memória mítica, a memória narrada pelo historiador, e a memória inscrita nas práticas sociais, como nos ensina Pêcheux.

A forma como essas formações entram em contato num enunciado põe em ação significados diferentes, múltiplos, que se cruzam ou interditam, que falam, mas deixam um resto de não-dito pelos espaços de silêncio que à revelia se põem à mostra. A polissemia, isto é, a possibilidade de haver sempre uma espessura semântica que organiza qualquer reunião de morfemas, é a noção que melhor descreve o produto desse funcionamento discursivo. Inquietar-se sobre esses discursos, sobre como eles se atualizam no dizer “vote com orgulho”, leva-nos a a) refletir sobre a vergonha, índice contra o qual o orgulho procura se inscrever; e a b) buscar por um possível discurso fundador do “Orgulho” referente à Comunidade LGBTQIAPN+, que irrompe em dizeres LGBTfóbicos, vigentes desde 1500. Procuramos desnaturalizar aquilo que, a princípio, aparenta ser óbvio, transparente, mas que carrega grande carga semântico-discursiva; tratamos da alteridade, da problematização sobre o controle das vivências e dos corpos de pessoas LGBTQIAPN+.

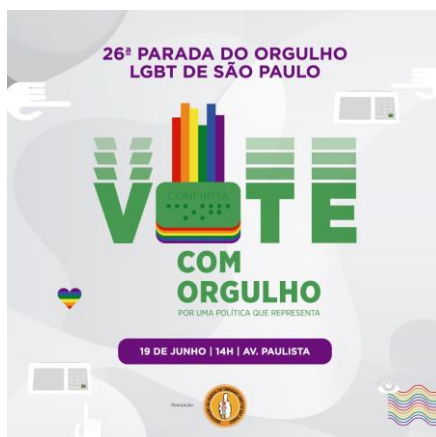


Figura II. Slogan da 26ª Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo (SP)
Fonte: retirada do perfil no Instagram @paradadesp. Acesso em: 20 ago. 2023

Além disso, ao analisarmos as condições de verdade da sentença, seguindo o que fora postulado por Cançado em seu *Manual de Semântica* (2022), devemos considerar que para a sentença “Vote com Orgulho” ser verdadeira, deve haver uma relação entre o ato de votar e o sentimento de orgulho. Ou seja, para que seja verdade que alguém vote com orgulho, esse ato precisa estar associado a uma expressão positiva de sua identidade, especialmente levando em consideração as condições de produção das reivindicações da comunidade LGBTQIAPN+. O orgulho, aqui, refere-se a uma posição afirmativa frente às lutas por direitos, uma posição contrária à vergonha e à marginalização.

Em “por uma política que representa”, a condição de verdade envolve a correspondência entre a política e a representatividade. Para que essa parte do enunciado seja verdadeira, a política referida deve realmente atuar em prol da comunidade LGBTQIAPN+, de forma que os interesses e as necessidades dessa população sejam atendidos. Portanto, a política precisa refletir a diversidade e defender ativamente os direitos das pessoas que a formam. Neste caso, a sentença seria verdadeira se essa política de fato promovesse inclusão e igualdade, em oposição a políticas excludentes ou discriminatórias.

Na perspectiva de Cançado (2022), o sentido pleno da frase depende de seu contexto pragmático. Isso significa que o enunciado na 26ª Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo (SP) carrega consigo significados que transcendem a literalidade, que extrapolam o nível da estrutura e atingem o nível do uso, das relações sócio-históricas e discursivas. O orgulho está vinculado à identidade e à resistência política; a “política que representa” não é uma política qualquer, mas aquela que se alinha com os valores de igualdade, respeito e inclusão defendidos pela comunidade LGBTQIAPN+. A frase funciona, assim, como uma chamada à ação e ao reconhecimento de que o voto é uma ferramenta de social e política para a construção de um futuro mais representativo.

Nesse direcionamento, a teoria das representações sociais de Bourdieu (2003) ajuda a interpretar a importância da palavra “representa” no slogan. Bourdieu (2003) afirma que as representações sociais são formas simbólicas através das quais os grupos constroem e expressam sua identidade. Nas condições do movimento LGBTQIAPN+, uma “política que representa” é essencial para assegurar que os indivíduos dessa comunidade sejam visíveis e tenham suas demandas reconhecidas no campo político. A representatividade é, então, uma forma de acumular capital simbólico e transformar essa visibilidade em poder, o que altera as estruturas sociais e políticas existentes. Em termos discursivos, o mecanismo de reconhecimento da vergonha e a consequente assunção do orgulho é o que constitui, de fato, a posição sujeito alinhada aos saberes da formação discursiva do orgulho, e é esta posição que consegue alterar a dinâmica de subordinação do sujeito *queer* ao sujeito dominante cis-hétero-normativo.

Nesses termos, o enunciado “Vote com orgulho - por uma política que representa” estabelece suas condições de verdade na medida em que o voto se

torna um ato de afirmação de identidade e a política mencionada reflete efetivamente as demandas da comunidade LGBTQIAPN+. Sob essa ótica, o slogan articula um sentido de transformação política e social, onde o reconhecimento e a representatividade são elementos centrais para a construção de um novo cenário de justiça e equidade, além de, ao mesmo tempo, desenhar uma posição sujeito de enfrentamento ao regime de invisibilidade e culpabilização promovido pela vergonha e imputado à comunidade LGBTQIAPN+.

Assim, a Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo (SP), enquanto maior evento *queer* do mundo, apresenta-se como promotora de reflexão social, e especificamente em sua 26ª edição, promover uma inquietação cidadã para que hajam mais representantes alinhados às pautas democráticas, buscando diminuir o poderio da extrema-direita com suas pautas antidemocráticas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA

Como fundamentação teórica, adotamos os estudos de Orlandi (2001) para tratar do discurso fundador; os pressupostos de Pêcheux (2014) acerca da maquinaria discursiva; Trevisan (2018) para questões de historicidade³, e, além disso, os conceitos de corpo e de sujeito de Leandro Ferreira (2013).

Em análise de discurso, os procedimentos metodológicos não se apartam dos teóricos e comportam, via de regra, uma relação inicial de estranhamento, de identificação do ponto em que é possível perceber que o significado é adensado, opaco, posto como óbvio, mas, em verdade, informado por uma cadeia de significação que o precede e torna possível. Esse é o caso da palavra orgulho. Encontramos esse termo no slogan da parada da diversidade, que foi anunciada e promovida nas redes sociais; geralmente, as demais paradas da diversidade seguem a agenda da parada de São Paulo, por ser esta a maior do Brasil e uma das maiores do mundo. Como a campanha é replicada, nos detivemos sobre o slogan veiculado em São Paulo em 2022. A ênfase no termo, especialmente associado à votação, nos faz pensar que este é um produto de uma operação mais complexa, em que se cruzam informações não só sobre a condição do sujeito *queer*, mas, também, sobre o cenário político nacional.

Existem contrapontos em ambas as informações, e a pergunta que conduz ao estranhamento diz sobre a oposição, à forma de comparecimento dos contrários no fio do discurso. Se há de se lutar para sentir orgulho, é porque houve de se combater a vergonha em primeiro lugar; e, ao mesmo tempo, se é preciso ter maior consciência sobre a votação, sentir orgulho de seu voto, é porque foi

³ “Modo como a história se inscreve no discurso, sendo a historicidade entendida como a relação constitutiva entre linguagem e história. Para o analista do discurso, não interessa o rastreamento de dados históricos em um texto, mas a compreensão de como os sentidos são produzidos. A esse trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade” (Guimarães, 2020, p. 135).

necessário constatar que houve uma reação social inconsciente, mal pensada ou mal planejada, imbuída de vergonha, e que precisa ser igualmente combatida agora. Procuramos, assim, tratar dessa multiplicidade de sentido, da polissemia.

O que se segue desse primeiro passo analítico-metodológico é a de-superficialização, a identificação das formas como entram em contato essas informações diversas que atravessam o enunciado, ou, mais especificamente, quais os discursos e formações postas em ação na produção desse significado. Esse processo é apontado por Pêcheux e Fuchs (1975), e compreende um trabalho com a língua, de formação de cadeias parafrásticas e de reflexão sobre a antonímia, que sustenta a polissemia dos termos analisados. É, efetivamente, o antônimo de orgulho que está em questão (a vergonha), e é sua presença-ausência que denuncia a complexidade semântica do sintagma nessa colocação. Esse exercício dialético, ou seja, de reunião dos contrários, é parte fundamental do processo de análise, e guarda relação com o materialismo histórico dialético que fundamenta as bases teóricas e epistemológicas da análise de discurso. Também é herança do materialismo o exame das condições de produção de um enunciado, processo em que se busca descrever e interpretar a ação das instâncias ideológicas, inconscientes, históricas, culturais e econômicas no discurso do sujeito. Associamos, nesse caso, o controle sobre os corpos, operacionalizado pelo Estado, para tratar da socialização da vergonha e do processo histórico de demérito político e social do sujeito *queer*.

O terceiro passo metodológico é o de batimento entre descrição e interpretação, donde surgem as relações entre teoria e prática analítica. Com isso queremos dizer que as noções da análise do discurso são oxigenadas a cada nova análise, de modo que são as transformações históricas e sociais denunciadas pelos dizeres dos sujeitos e apontadas pelos analistas que fazem avançar a teoria. A interpretação e suas transformações não se encerram na reprodução, na mera identificação de um sentido estanque, mas, sim, em contato com a história e a ideologia, com os modos de produção. Em nosso caso, procuramos identificar de que forma o conceito de discurso fundador comparece no enunciado elencado, ou, mais detidamente, procuramos perseguir o discurso fundante do orgulho nacional, quando em relação com o indivíduo analisado, o LGBTQIAPN+, já que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo (o que também por isso termina por excluir a possibilidade de orgulho estar em colocação numa situação enunciativa entre pai e filho, por exemplo; nosso foco de ação recai sobre as condições de produção do orgulho dito pela população *queer* no Brasil porque o sujeito em foco é o sujeito *queer* brasileiro).

Para situarmos este termo com cautela, é interessante destacar a concepção de *queer* para Butler (2018), de modo que possamos situar, ao mesmo tempo, essa discussão no interior dos estudos da linguagem e sua relevância teórica para a análise materialista do discurso, campo no qual nos situamos. Butler (2018) problematiza a ideia de gênero como uma identidade fixa, propondo, em vez disso, que o gênero seja lido como performativo — ou seja, que remete a uma série

de atos repetidos que criam a ilusão de uma identidade estável. *Queer*, nesse ínterim, não é uma categoria a priori, mas uma prática de desestabilização que envolve uma tomada de posição. Para Butler, ser *queer* é resistir à normalização das identidades de gênero e sexualidade, o que funciona como uma política de contestação às normas heteronormativas.

O termo *queer* desafia as fronteiras estáveis do que constitui o sujeito heteronormativo, negando uma posição identitária definitiva. Butler faz uso da teoria da performatividade para explicar como o sujeito é construído através da linguagem. Para ela, o sujeito não preexiste ao discurso; ele emerge a partir dele. Assim, o discurso tem um papel central na constituição do sujeito, e o termo *queer* age dentro desse campo discursivo como uma forma de subversão, de resistência. Em termos discursivos, *queer* se relaciona com uma política de deslocamento e uma tomada de posição no interior de uma formação discursiva, em resposta aos saberes antro-po-falo-ego-logo-cêntricos, estes que estão no cerne da FD da heteronormatividade. Ao invés de reforçar a posição dominante nesta FD, o sujeito *queer* abre possibilidades para novas formas de existir no mundo, fora das normas impostas pela doxa dominante. Ao resistir à categorização heteronormativa, a posição do sujeito *queer* impõe resistência à dominação discursiva que tenta definir o que é legítimo ou não em termos de subjetividade e gênero, além de pôr em ação a noção de performatividade de gênero, que supõe a construção do gênero por meio da linguagem e do discurso⁴.

CORPOS LGBTQIAPN+

O escrivão da esquadra portuguesa, Pero Vaz de Caminha, relata em sua carta de achamento do Brasil as pinturas corporais e os adornos que aquela comunidade indígena tinha. Posteriormente, em “História, culturas, simetrias: uma experiência de ensino com pinturas corporais guarani na perspectiva da ecologia de saberes”, há a descrição que:

A pintura corporal torna possível o reconhecimento de cada povo, a que família pertence, que função o desenho representa, ou até em que momento os sujeitos que foram pintados estão vivendo (Brioso; Barroso; Rosário, p. 336).

Equitativamente, ao compararmos diferentes gerações do Brasil, identificaremos diferentes modos e estilos de se pintar, de se vestir, de se comportar e de agir com o próprio corpo. O corpo, na Análise do Discurso, é:

⁴ É importante ressaltar que este texto é parte de uma pesquisa maior, que guia, inclusive, a produção de um trabalho de conclusão de curso. Por esse motivo, nosso intuito aqui não é o de esgotar a questão ou de apresentar resultados imediatos sobre em que período ou dizer, especificamente, se encontra o orgulho nacional, mas, tão somente, apontar caminhos interpretativos possíveis para reflexão sobre essa questão, no esforço para que o marco inaugural do discurso do orgulho seja pensado de uma perspectiva descentralizada, realocada à realidade do sul global.

Mais do que objeto teórico, o corpo parece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade e a cultura que o constituem. Trata-se do corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. O corpo intangível e o corpo que se deixa manipular. O corpo como lugar do visível e do invisível (Leandro Ferreira, 2013, p. 78).

O corpo é visto como materialidade do sujeito do discurso, com ele e nele podemos nos expressar, evidenciando quem somos e quem não somos, como estamos situados no mundo. Há, também, sujeitos que se podam para evitar externar-se ao campo da percepção visual, assim reprimindo comportamentos, traços, gostos etc. por medo de represália ou por vergonha. Em ambos os casos, o discurso-corpo traz campos de significação diversificados.

Começamos esta seção com um paralelo sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, sua ressalva com relação aos corpos dos nativos, por acreditar que esse olhar estrangeiro, que aloca o outro como alheio, e, posteriormente, como inferior (ser a ser: exterminado, combatido, subjugado) está no cerne da questão da visualização e conceptualização sobre os corpos *queer*. O processo posto em funcionamento é bastante similar: o sujeito *queer*, por não atender à demanda criada pelo grupo posto em dominância, é lido como exótico, anti-natural, aquele que fere os preceitos de uma dada conjuntura social, apoiada em saberes religiosos que culminam na produção de uma determinação de tipo social, um padrão estético, étnico, religioso e social a ser replicado. A esse padrão Butler (2018) atribuiu o termo heterossexualidade compulsória; a esse funcionamento de extermínio do diferente, a tradição histórica atribuiu o termo genocídio.

São várias as formas pelas quais podemos explicar o desejo do sujeito pela destruição de seus dessemelhantes, nenhuma delas muito distante da ideia de que o animal irracional teme o alheio e busca proteger-se dele o aniquilando. Como um inseto esquisito, como outro bicho diverso. Mais próxima da racionalidade e da civilização está a concepção segundo a qual o estranho só é tido como tal quando em *relação* a uma concepção particular sobre uma regra específica.

Para a análise de discurso, e para as outras correntes teóricas que centralizam a ética, não existe *A* concepção, *A* regra ou *O* sentido, mas, sim, *possibilidades* de significar e de vir a ser, pluralidades que se tornam visíveis a partir de e sobre um sujeito alocado numa conjuntura dada. A universalidade e a excessiva rigidez normativa são efeitos da ideologia na linguagem, ilusões de controle e pertencimento, e o perigo de se dizer sobre a *totalidade e unificação* é deixar de considerar que a uniformização e a exclusão das diferenças guiou discursos e práticas sociais apoiadas em genocídios e em escravidão. Mais ético é o sujeito para quem os encontros são multiplicações das possibilidades de conhecimento, mais democrático é o sistema que protege a vida dos diferentes e promove o conhecimento das raízes históricas das suas diferenças.

Os corpos de pessoas LGBTQIAPN+ são subjugados ao escárnio por possuir

uma filiação discursiva oposta a da formação discursiva religiosa. Essa afirmação dialoga com os postulados de Joel Birman, que em seus estudos afirma que o corpo se inscreve como “o lugar de maior vulnerabilidade, o registro onde o sujeito se sente mais ameaçado na sua integridade” (2007, p. 81).

ORGULHO E VERGONHA; ORGULHO OU VERGONHA; ORGULHO VS VERGONHA

Segundo Trevisan (2018), se recusar radicalmente a se assumir é uma posição irrealista, já que a sociedade molda definições e, desta forma, o resultado seria o silenciamento e a repressão. O termo “orgulho” é sinônimo de “dignidade” e de “amor-próprio”, sendo dois de seus antônimos “vergonha” e “humildade”. Disso surge a formulação “Vote com Vergonha”, já o termo “com” tem seu significado em acompanhado por; em companhia; em adição, de determinado modo e de modo simultâneo.

Desta forma, “Vote com Orgulho” pode ser parafraseado como “Vote em companhia do Orgulho”, “Vote em adição à sua dignidade” e “Vote de modo digno”, formando, respectivamente, a ideia de grupo que se reafirma enquanto uma comunidade. Já no segundo caso, ele aloca o orgulho como um componente para o voto. O orgulho seria, em uma perspectiva diferente, um senso de luta de classe, o oprimido contra o opressor (a Comunidade LGBTQIAPN+ versus a sociedade homofóbica que elege pessoas avessas aos seus direitos). Assim, o orgulho se coloca nessa posição direta, indo contra a vergonha, que promoveria votos em pessoas que anulariam direitos da população LGBTQIAPN+.

Orlandi (2015) elenca o que seria, posteriormente, um exemplo clássico. Ela abordou o “vote sem medo!” em uma eleição de universidade pública, em que além da oração, levou em consideração as cores e fontes do enunciado; parafraseando em “vote com coragem!”, pudemos visualizar como a carga significativa se altera, mesmo relacionando-se com o mesmo ambiente.

O slogan “Vote com Orgulho - por uma política que representa” relaciona-se à campanha eleitoral de 2022 em que se destacaram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o então vigente, hoje inelegível, presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), respectivamente da esquerda e da direita. “Vote com Orgulho” estava ligado à memória do voto contrário ao bolsonarismo (grupo de apoiadores que o elegeram e compactuam com seus ideais).

O Orgulho comporta todos esses atravessamentos discursivos por se contrapor à vergonha decorrente de séculos de repressão, opondo-se ao silenciamento e à naturalização dele. Ao mobilizarem os postulados foucaultianos, Joecker, Overd e Sanzio ([1982] 2018), afirmam que:

É preciso não ser homossexual, mas sim buscar escarnejadamente ser guei. Interrogar-se sobre nossa relação com a homossexualidade é antes de tudo

desejar um mundo onde essas relações sejam possíveis, mais do que simplesmente ter o desejo de uma relação sexual com alguém do mesmo sexo (Joecker; Overd; Sanzio, [1982] 2018, p. 24).

O efeito que se inscreve é o de que o ato de sentir orgulho é cotidiano. Votar com orgulho resultaria, por exemplo, na eleição da primeira mulher transsexual deputada federal, Erika Hilton (PSOL), em SP. Sentir esse orgulho é um ato de resistência buscando a concretização de seu autêntico direito de existir, dentre outros aos discursos vistos a seguir. Sobretudo esse orgulho é partícipe de uma posição discursiva que resulta em mudanças no campo político, neste caso mais explicitamente voltadas à eleição de líderes alinhados às pautas progressistas, que reconheçam e lutem em prol das populações ameaçadas e dos grupos minoritários, garantindo, assim, as condições necessárias à inserção social e ao tratamento igualitário. A busca é pela garantia da humanidade da pessoa LGBTQIAPN+, pela vida das pessoas que o conservadorismo, por medo, precisou e precisa ameaçar e eliminar para manter-se como tal, situação presente do colonialismo à atualidade.

A análise será encaminhada, a partir deste ponto, de maneira mais sistemática, apontando como cada um dos discursos comparecem no dizer “Vote com Orgulho - por uma política que representa”, e isso segundo um levantamento que toma por base a língua para pensar em mecanismos discursivos, sócio-históricos e ideológicos.

O DISCURSO POLÍTICO

Há efeitos de sentido que, no não-dito, significam. Embora a Constituição Federal garanta o direito de todos os cidadãos ao voto e à possibilidade de ser votado, isto não implica necessariamente que se autodeclarar LGBTQIAPN+ esteja associado a uma faceta positiva do processo democrático, que deveria tratar a todos igualmente. Para elucidação, há um intrigante caso tratado por Trevisan (2018, p. 74-83) do britânico Roger Casement, expoente do século XX, que desempenhou cargos de poder em diversas nações, colônias etc., dentre elas no Brasil. Casement lutou contra as condições em que os Povos Africanos viviam nas mãos dos portugueses, como também contra o modo como os indígenas de diversas “nações em divisa” eram tratados no Peru Amazônico pela Peruvian Amazon Company. Após, obteve grande prestígio internacional e ganhou título de “Sir” do monarca inglês. Porém, ao defender a independência da Irlanda sobre a Grã-Bretanha, foi acusado de alta traição e condenado ao enforcamento, gerando repercussão e comoção de inúmeros nomes de prestígio que pediam sua soltura. A nação inglesa, entretanto, o manteve em suas mãos, utilizando-se de diários atribuídos a Casement, neles estavam escritas suas experiências sexuais. O “X” da questão aqui é que eram relatos de relações com outros homens, o que surtiu efeito negativo, pois quase todos afastaram-se dele. Desta forma, ele foi morto,

pois a política e a homossexualidade não podiam caminhar juntas.

A conjunção entre homossexualidade e vergonha política e social pode ser evocada nesse caso como memória e, já partícipe dessa estrutura, é passível de ser materializada em outros dizeres e eventos históricos: o castramento químico de Alan Turing, a sentença que levou à morte de Oscar Wilde, o assassinato de Harvey Milk etc. Revestida pela linguagem e operacionalizada por um sujeito, essa memória comparece como a camada de significação que rege efeitos como o da vergonha de si, acompanhada da culpa e da conseqüente tentativa de redirecionar, negar, evitar ou disfarçar a própria sexualidade. A violência aplicada nesses casos marca a constituição identitária do sujeito LGBTQIAPN+. Foi Foucault que, no segundo volume de História da sexualidade (1984), apontou a forma como a posição de passividade entre gays é sujeita à vergonha por operar com um corpo que se põe à disposição, se identifica como objeto de prazer de outro. Essa composição gera revolta porque parece abalar as relações de poder garantidas ao homem, aproximando-o da fragilidade. As coerções e violências aplicadas contra esses corpos são reflexo do modo como a socialização opera, tornando óbvia a vergonha e o lugar de submissão, de silêncio, de culpa e exclusão.

Esse sentido de “óbvio”, naquele período, encontra-se no não-dito na atualidade, ao identificarmos poucos representantes autodeclarados LGBTQIAPN+ eleitos. Em 2004 foi eleita a única representante daquele ano, em Colônia, no Piauí, a travesti⁵ Kátia Tapeti, muito embora naquele momento ainda evocada com o artigo “o”.

Ao adentrar na pauta “diversidade”, o senso comum tende a dividir a política em dois lados, a esquerda e a direita. A então deputada Marta Suplicy (PT), em 1995, elaborou o projeto de lei Parceria Civil Registrada, para a união cívica entre pessoas do mesmo sexo; porém, o fato intrigante é que seus aliados, após liberação da liderança do Partido dos Trabalhadores de que votassem segundo suas consciências, optaram por negar o projeto. Marta, enquanto prefeita da cidade de São Paulo (SP), optou por não criar um setor na Prefeitura a favor da inclusão LGBTQIAPN+. Assim, tanto a direita quanto a esquerda estão marcadas ideologicamente pelos ditos, já cristalizados na sociedade, que se naturalizaram desde a chegada dos colonizadores à “Terra de Santa Cruz”. Com isso, mostra-se “como os traços de memória, enquanto materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada, intervêm para constituí-la” (Orlandi, 2001, p. 82). Para Butler (2018):

Dizer que a realidade de gênero é performativa significa, de maneira muito simples, que ela só é real na medida em que é performada. É justo dizer que certos tipos de atos são geralmente interpretados como expressão de um núcleo ou identidade de gênero, e que esses atos ou estão em conformidade com uma identidade de gênero esperada ou questionam, de alguma forma, essa

⁵ O termo, anteriormente pejorativo, foi ressignificado pelas pessoas trans como símbolo de resistência e empoderamento.

expectativa – expectativa que, por sua vez, é baseada na percepção do sexo, sendo o sexo entendido como dado factual e distinto das características sexuais primárias. Essa teoria implícita e popular sobre os atos e gestos como expressivos do gênero sugere que o gênero em si existe anteriormente aos diversos atos, posturas e gestos pelos quais ele é dramatizado e conhecido (Butler, 2018, p. 14).

Embora o senso comum se utilize do sexo biológico para categorizar o indivíduo e como ele deve se portar, vestir, sentir etc., isto não é categoricamente uma força imutável e verificada. Percebe-se a dissolução dessa binariedade compulsória apontada por Butler nas comunidades originárias, em que os conceitos de homem ou mulher, nos termos postos pelos saberes cristãos ortodoxos, não encontravam respaldo prático. Os jesuítas, ao chegarem ao Brasil, buscaram quebrar com a não delimitação de gênero e sexualidade das comunidades indígenas, compelindo-os a viver o modo eurocentrado de “normalidade”, que definia a forma “correta” de ser “homem” e de ser “mulher”. O não cumprimento dessas normas não correspondia à natureza humana, daí surge, no Brasil, a imposição da heterocisnormatividade. Nesses termos, ser gay, lésbica, travesti ou transsexual era algo ediondo, o que fora evidenciado em cartas e diários de viajantes naquele período, dentre eles de Pero de Magalhães, em 1576: “(os indígenas) se entregam ao vício [da sodomia, do ato sexual entre dois homens] como se neles não houvera razão de homens” (Romero, 1967, p. 149).

O DISCURSO JURÍDICO

Em diferentes situações, um escasso número de deputados/as/es e senadores/as defenderam a união civil, a adoção e diversos outros direitos às pessoas “desviantes” da heterocisnormatividade⁶. Este discurso se relaciona diretamente ao discurso político, pois nessa conjuntura são inerentes um ao outro.

A formação ideológica religiosa, e, no Brasil, explicitamente a formação discursiva cristã, fomenta e direciona nossos dizeres em diversos temas, com ideais moralistas que procuram controlar os corpos e as vivências dos sujeitos, sobretudo das mulheres, dos negros e das pessoas LGBTQIAPN+. Se destacam como fonte de resistência aos direitos da população LGBTQIAPN+ a Bancada Evangélica e representantes católicos tradicionais e/ou carismáticos, que uniram-se para barrar os referidos projetos citados anteriormente. Coube ao Supremo Tribunal Federal, STF, em 2011, legislar sobre o direito à união estável civil entre pessoas do mesmo gênero, equiparado ao de heterossexuais, dentre outros.

Tais bancadas tentaram institucionalizar a “cura gay”, barrada pelo

⁶ Hetero/cis/normatividade, corresponde, também ao que Suely Rolnik (2019) chama de antropofalo-ego-logo-cêntrico, matriz de produção dos padrões normativos heterossexual e cisgênero.

Ministério Público Federal. Tais dizeres apontam para a cristalização do regimento da Inquisição no Brasil, que em uma de suas sentenças redigia:

Decide o Visitador do Santo Ofício que vistos os Altos, declarações das testemunhas e a confissão que fez depois de preso o sodomita Salvador Romeiro [...] no caso as leis e Ordenações do Reino mandam que qualquer modo que o fizesse, seja queimado e feito por fogo em pó, para que de seu corpo e sepultura nunca mais haja memória (Mott, 1982, p. 6).

Essa cristalização dá-se também por meio do Código Imperial do Brasil Império, com a inscrição do crime “por ofensa à boa moral e bons costumes”, caso fossem praticados atos não heterocisnormativos em público. Com isso, a Comunidade LGBTQIAPN+ foi subjugada pelo governo às forças policiais. Reflexo disto dá-se na Ditadura Militar Brasileira em 1964, em relato de Paulo Sérgio Pinheiro, membro da Comissão Nacional da Verdade, em audiência pública em abril de 2014:

Durante a ditadura militar, a homofobia, traço incrustado desde sempre no funcionamento dos aparelhos estatais e nas atitudes da sociedade brasileira, acirrou-se. Havia repressão sistemática de homossexuais por parte do aparelho repressivo. Militantes gays eram humilhados nos interrogatórios e tortura. Espetáculos de travestis e transformistas eram censurados e proibidos. Publicações eram censuradas. A sociabilidade LGTB obrigada a se esconder e se reprimir (Previdelli, 2023, s. p.)

O DISCURSO CIENTÍFICO

Em Análise de discurso, os esquecimentos n. 1 e n. 2, se dão quando, respectivamente, o indivíduo tem a “ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existent” (Orlandi, 2015, p. 33), e quando “ao falarmos, fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre pode ser outro”. Um dos campos que produz sentidos na sociedade crendo estar no controle da significação é o discurso científico, que no âmbito médico considerava até 1990 o homossexualismo⁷ como uma doença. Em diversas sociedades e em diferentes períodos, a homossexualidade foi ora entendida como crime, ora como doença (assim jogada para a psiquiatria), ora como condição genética. Anne Marie Moulin (2017) problematiza o saber científico positivista sobre o corpo em sua relação com a medicina, sobretudo na definição do que é doença, como curá-la e preveni-la. A concepção atacada por Moulin (2017) é a

⁷ O sufixo “ismo” possui “uma forte carga pejorativa ligada à crença de que a orientação homossexual seria uma doença, uma ideologia ou um movimento político a que pessoas aderem de maneira voluntária” (QUEIROZ, 2004, p. 19), sendo correto o sufixo “dade”.

mesma que conduz os estudos que consideravam alguns corpos superiores a outros (a exemplo dos casos de racismo científico), a patologização dos homossexuais e o estabelecimento da prevenção e da busca pelo corpo ideal como baluartes da medicina.

Já na atualidade, parte do setor religioso tenta promover uma “cura gay”, dispondo de um argumento de “livre arbítrio”, assim, o homossexual que é culpabilizado por “escolher” ser assim, é coagido a buscar uma cura, utilizando do “livre arbítrio”. Segundo Leandro Ferreira e Costa (2021), o livre arbítrio possui uma ligação direta com a abstinência da prática daquilo que não é bom (o pecado), sendo, portanto, não uma ferramenta de libertação, mas de controle, que redige barreiras que não devem ser ultrapassadas. Esta é a conjunção própria ao modo de funcionamento da forma-sujeito capitalista, o sujeito de direito, que convoca à livre coerção, e que, além disso, crê ser o indivíduo o responsável por seus posicionamentos, origem de seu dizer, livremente submetido à lei e à ordem social etc., sem, entretanto, perceber que o próprio livre arbítrio o priva da liberdade. Assim, ao enunciar estes dizeres, o sujeito esquece que sua fala está ideologicamente marcada e que o que ele diz não o pertence, mas está ligado a uma rede de dizeres semelhantes, significando para além do domínio do enunciador.

O DISCURSO FUNDADOR

O discurso fundador é responsável por inscrever a história na língua, assim significando ideologicamente situações. “Sem defini-lo categoricamente, procuramos pensá-lo como a fala que transfigura o sem-sentido em sentido” (Orlandi, 1990, p. 8). Na mesma instância, este processo é falho (Pêcheux, 1991), já que dar sentido é estritamente delimitá-lo a um lugar. Assim, ao delimitar que a homossexualidade é uma prática vergonhosa e criminoso e, subsequentemente, punível com a morte, impera um discurso em que os demais se inserem; é ele o discurso fundador, neste caso o discurso fundador religioso. Mas há um deslizamento que se dá pela presença da homossexualidade praticada, promovendo disputa de sentidos. Assim, o dizer do orgulho torna-se audível, com situações que evidenciam a emergência de se sentir orgulho e de posicionar-se, sendo a emergência de existir, de permitir que o outro exista. Busca-se, ao reafirmar este orgulho, contrapor a alteridade da “vergonha” e dos grupos que a mantêm.

O discurso fundador do orgulho se apresenta em meio às perseguições à Comunidade, e funda-se em um lugar onde já-lá, que não está historicamente identificado, para criar um novo dizer. Assim, o sentido “vergonha” é desautorizado, criando uma nova memória, uma nova filiação. Segundo Orlandi (2002, p. 13-14), “esse processo de instalação do discurso fundador, como dissemos, irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita

fragmentos do ritual já instalado - da ideologia já significativa - apoiando-se em 'retalhos' dele para instalar o novo". Neste processo, ele "cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente" (Orlandi, 2002, p. 13-14); o que promove um entendimento de que só podia ser daquele jeito. Nesses moldes, o discurso constrói a um só tempo sua identidade e sua relação os outros dizeres que lhe são constitutivos, por oposição, intimidade ou contraste.

Desta forma, foi possível estabelecer os discursos políticos, jurídicos e científicos no "Vote com Orgulho", pois ele se constrói em oposição a "Vote com Vergonha". Porém, como nos lembra Orlandi (2001), "o discurso fundador não é um fato datado, que se daria em uma certa época, em uma certa região. Esse discurso fundador de sentido deve ser entendido como aquele que cria um 'outro' lugar do qual falar" (Orlandi, 2001, p. 116).

Pode-se, dessa forma, entender os diversos jornais, como o Lampião da Esquina, festivais como o Festival Mix da Diversidade Sexual e inúmeros outros movimentos como o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, como marcos fundantes do Orgulho, entendido como marcas datadas em que o discurso fundador do orgulho esteve presente, que de forma clara são índices de resistência à opressão operante na sociedade.

O DISCURSO FUNDADOR

Os saberes suscitados pelo enunciado Vote com Orgulho e sua contraparte possível, Vote com Vergonha, são identificados nesta análise como pertencentes à FD do orgulho, que surge em relação de oposição à FD religiosa, encontrando-se em um lugar de entremeio, um lugar de não pertencimento com relação ao religioso, muito embora não sejam rompidos os sentidos daí advindos. Trata-se de um saber operacionalizado por um sujeito em busca de pertencimento, entre ser religioso e não ser, entre sentir vergonha e orgulho. É um lugar de atrito, por oposição à heterocisnormatividade compulsória, de busca pelo exercício de suas vivências *queer*. Esta posição é vivenciada com resistência, na relação com os discursos oriundos das formações do político, do jurídico e do científico, que são atravessadas pelo discurso fundador religioso. Nessa formação discursiva, o voto é colocado ao lado da luta pela existência, estando um com o outro: o voto junto do orgulho, na intenção de clarificar e desnaturalizar as ausências que formam as identidades LGBTQIAPN+.

Ao mostrar a reunião de diferentes espaços numa mesma formação discursiva, falamos sobre esse lugar de pertença bordejado pela rejeição, pela não-pertença, pela necessidade de resistência. O entremeio que ocupa esta FD também dá a ver os vãos que existem entre um e outro espaço (os vãos que são permitidos aos sujeitos no jurídico, no político, no religioso, com emendas à constituição, num quase casamento, como quase injúria racial). Este sujeito *queer*

se acotovela no meio desses sistemas formais diversos, seu espaço é construído nesses vãos, por oposição ao outro e ao próprio lugar ocupado, numa zona intervalar e instável, particular pelo tensionamento da forma e também de sua cópia, pela reunião de contrários. Este é o entorno de suas condições de produção – o cheio e o vazio, a presença e ausência simultâneas que caracterizam uma posição que foi constantemente negada e é constantemente ameaçada de existência. O espaço de entremeio é fundamental para compreensão da posição sustentada pelo sujeito *queer*.

Nesses moldes, procurar pelo possível discurso fundador e pelos marcos fundantes do Orgulho é, como afirma Trevisan ao parafrasear Foucault (2018), “não ser homossexual, mas sim buscar encarniadamente ser guei. Interrogar-se sobre nossa relação com a homossexualidade é antes de tudo desejar um mundo onde essas relações sejam possíveis, mais do que simplesmente ter o desejo de uma relação sexual com alguém do mesmo sexo” (Trevisan, 2018, p. 41-42). Perseguir esse discurso e esse orgulho é, também, olhar para a forma como essa posição é constituída apesar das ameaças a ela proferidas, para a forma como seu espaço de entremeio é galgado aos solavancos, adentrando na história conhecida do Brasil em seus 523 anos após o achamento pelo viés dos que foram excluídos dos livros oficiais, dos que foram queimados, dos que são perseguidos e aniquilados. Busca-se identificar os traços ideológicos e vestígios de sentido nas falas, matérias, e es/histórias sobre essa terra que teve que se adequar aos padrões ocidentais e heterossexuais à força. Pode-se entender que o discurso fundador do orgulho é encontrado na “audácia” de desautorizar dizeres da vergonha, de bradar orgulho pelo espaço que se conquista e que se mantém apesar.

REFERÊNCIAS

- BRIOSO, Antônia; BARROSO, Daniel; ROSÁRIO, Daniely. História, culturas, simetrias: uma experiência de ensino com pinturas corporais guarani na perspectiva da ecologia de saberes, *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 12, n. 24, mar. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'água, 2003, p. 40-72.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. 2. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2022.
- FERNANDES, Carolina. Memória discursiva. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). *Glossário de termos do discurso*. 1. ed. ampl. Campinas: Pontes, 2020, p. 207-214.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, volume 2: O uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de José Augusto Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Alameda, 2018.
- GUIMARÃES, Gleny Terezinha. Historicidade. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). *Glossário de termos do discurso*. 1. ed. ampl. Campinas: Pontes, 2020, p. 135-138.
- JOECKER, J. P.; OVERD, M.; SANZIO, A. Entrevista a Michel Foucault, con J. P. Joecker, M. Overd y A. Sanzio [1982]. *Filosofias.es*, n. espc., La ética del pensamiento, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3SpuHik>. Acesso em fev. 2024.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais em psicanálise* [1964]. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O corpo como materialidade discursiva. *REDISCO*, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; COSTA, Isaac. Sobre a ética do analista. In: SILVA, Dalexon; SILVA, Claudemir (org.). *Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo*. v 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 21-38.
- MOTT, Luiz. Os sodomitas, nossos antepassados. *Boletim do Grupo G Bahia*, Salvador, n. 5, p. 6, dez. 1982.
- MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). *História do Corpo*, v. 3: As Mutações do Olhar. O Século XX. 4. ed., 3. reimp. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 15-82.

- ORLANDI, Eni. *Terra à Vista*. Campinas: Cortez; Editora da Unicamp, 1990.
- ORLANDI, Eni. *Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 163-252.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. esp., Campinas, IEL, 1991.
- PREVIDELLI, Fábio. Anos de chumbo: LGBTQIA+ sofreram repressão mais pesada durante a Ditadura. Aventuras na História [Site]. Publicado em 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3w37POf>. Acesso em: 10 out. 2023.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. 2 ed. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- ROMERO, Abelardo. *Origem da imoralidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1967, p. 16.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- VINHAS, Luciana. Sentido. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). *Glossário de termos do discurso*. 1. ed. ampl. Campinas: Pontes, 2020, p. 257-262.

Have the courage to feel proud: The disputes of meaning and the LGBTQIAPN+ founding discourse in

John Kevin Lopes de Araújo da Silva 1
Isaac Itamar de Melo Costa 2

Abstract

The objective of this article is to interpret, utilizing Pecheutian Discourse Analysis, the potential meaning effects inherent in the statement “vote with pride,” the slogan of São Paulo's 26th LGBT+ Pride Parade held in 2022. Additionally, we aim to establish connections, drawing on discursive memory, with the foundational discourse of pride, particularly evident when juxtaposing “pride” against “shame,” historically imposed on the LGBTQIAPN+ community. The rationale for this article is rooted in the necessity, within the realm of linguistics, to deconstruct the apparentness that governs this statement, intending to amplify the silenced and normalized experiences and bodies of LGBTQIAPN+ individuals in Brazil. The methodology driving the analysis and selection of the corpus entails: a) scrutinizing the prevailing common sense that underpins the notion of pride as a self-evident assertion; b) (de)superficializing this examination to uncover the unsaid elements inherent in the construction of meaning; c) exploring, through historical context, the potential founding discourse of national pride. The theoretical framework draws from Orlandi's (2001) studies on founding discourse, Pêcheux's (2014) insights into discursive machinery, Trevisan's (2018) considerations on historicity, and Leandro-Ferreira's (2013) conceptualizations of body and subject. In the results of the analysis, it is observed that there are numerous indications of the founding discourse of pride being present at various times when shame was disavowed and replaced by a discourse of LGBTQIAPN+ affirmation.

Keywords:

Vote with Pride; LGBTQIAPN+ Community; Founding Discourse.
